


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002361-29.2009.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Valdir Gomes**  
 Requerido: **Abn Amro Real Sa**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Em 11/11/2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos, Dr. Milton Coutinho Gordo. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, subscrevi.

**Proc. 288/09**

Decido nos termos do parágrafo 3º do art. 475-M do CPC, introduzido pela Lei 11.232 de 22 de dezembro de 2005.

Trata-se de impugnação ao cumprimento da sentença de fls. 152/153.

O impugnante aponta como correto o montante de R\$ 19.069,04. Diz que não foi intimado para cumprimento voluntário da obrigação, e assim, dele não pode ser exigida a multa de 10% prevista no artigo 475-J, do CPC.

O impugnante não tem razão.

Constou expressamente da decisão de fls. 45 que o prazo para cumprimento voluntário da obrigação, nos termos do artigo 475-J do CPC, começaria a fluir a partir de seu trânsito em julgado, independentemente de intimação e a Superior Instância não alterou tal determinação (a respeito confira-se fls. 97/100 e 119/121).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O *decisum* transitou em julgado em 16/04/2015 (fls. 123) e, portanto, o prazo para pagamento voluntário decorreu em 01/05/2015; como o depósito foi efetuado somente em 31/07/15 (fls. 147), e ainda por força de penhora “on line”, ou seja, ato do Juízo; assim não assiste razão ao impugnante.

De qualquer maneira o excesso de cobrança deve ser reconhecido por outro motivo: é que a Contadoria do Juízo mesmo incluindo a multa do artigo 475-J, do CPC, apurou que o depósito de fls. 147 contava com excesso de R\$ 4.384,53, e com tal cálculo concordou o exequente.

Assim, DELIBERO QUE A EXECUÇÃO DEVE TER O VALOR REDUZIDO para R\$ 20.225,30 (vinte mil duzentos e vinte e cinco reais e trinta centavos). Diante do pagamento, EXTINGO o processo, nos termos do artigo 794, I, do CPC.

Após o recolhimento das custas apuradas a fls. 159, expeça-se mandado de levantamento em favor do executado da quantia de R\$ 4.384,53, com correção e juros proporcionais a contar da data do depósito (31/07/2015 - fls. 147). O remanescente será levantado pelo exequente.

Como ocorreu a sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seu procurador para esta fase processual.

P.R.I.

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**